



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001800-68.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Miguel Giudicissi**
 Requerido: **Nilton Antonio Marmo e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MIGUEL GIUDICISSI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Despejo Por Falta de Pagamento em face de Paulo Rogerio Corassini Solares e outros, também qualificado, na qual o réu se viu condenado a pagar ao autor a importância de R\$3.107,45, decisão que, transitada em julgado, foi liquidada pelo credor em R\$27.241,61, conta da qual o réu/devedor foi intimado para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

O réu, opôs impugnação alegando excesso de execução porquanto o credor tenha incluído nos cálculos, além dos alugueres em atraso, multa equivalente ao valor de quatro alugueres.

O credor/impugnado não se manifestou.
 É o relatório.

DECIDO.

Vê-se nos presentes autos que o executado, devidamente citado (fls. 55vº), não apresentou defesa nem constituiu advogado, de modo que, nos termos do art. 322 do CPC, contra o réu revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

Intimado a pagar, no prazo de quinze (15) dias, o valor da condenação, por simples publicação na Imprensa Oficial, o devedor quedou-se inerte, tendo-lhe sido aplicada, com base no disposto pelo *caput* do art. 475-J do Código de Processo Civil, multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

Adequado os cálculos de liquidação na forma prevista pelo art. 475-B do mesmo *Codex*, o exequente postulou pela penhora de matrícula 61.107, de propriedade do executado.

Em 28/11/2013 foi publicada a decisão que o nomeou depositário do bem, e em 13/05/2014 foi lavrado o termo de penhora (fls. 155), sendo, na sequência, expedido mandado para avaliação do imóvel, sendo certo que o executado/impugnante se recusou a receber o oficial de justiça, além de ter obstado a realização do ato avaliatório.

Assim, têm-se que o prazo para a apresentação da impugnação deve ser contado da data em que o juízo foi garantido, ou seja, da data em que lavrado o termo da penhora (13/05/2014).

No caso, tendo em vista que a impugnação foi protocolizada em 11/08/2014 (fls. 214), fica evidente que foi apresentada intempestivamente, porquanto protocolizada muito depois do 15º dia contado da efetivação da garantia judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, não pode o juízo receber a impugnação apresentada às 214/216.

O devedor/impugnado sucumbe, de modo que deverá arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, **INDEFIRO** o recebimento e conhecimento da impugnação oposta por PAULO ROGERIO CORASSINI SOLARES contra MIGUEL GIUDICISSI, e em consequência CONDENO o(a) devedor(a)/impugnado(a) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, na forma e condições acima.

No mais, providencie o exequente, no prazo de 15 dias, o depósito dos honorários do sr. Perito.

P. R. I.

São Carlos, 16 de fevereiro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**